Ouvido o interessado Agostinho Manuel Carvalho Soares Peixoto, pelo mesmo foi dito nada ter a opor à revogação do acto.

Nessa sequência e nos termos do disposto no artigo 142.º do Código do Procedimento Administrativo, procede-se à revogação de todo o processado, desde o despacho de abertura do concurso externo de ingresso para admissão a estágio com vista ao preenchimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 134 (parte especial), de 13 de Julho de 2006, incluindo o despacho de nomeação e respectivo termo de aceitação na categoria de estagiário do candidato Agostinho Manuel Carvalho Soares Peixoto.

Sucede porém que a Região de Turismo do Verde Minho necessita, para assegurar a prossecução das suas atribuições, de um técnico qualificado para coordenar o Gabinete de Apoio ao Investidor. Assim, autorizo a abertura de concurso externo de ingresso para admissão a estágio com vista ao preenchimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, cujo conteúdo funcional será o de coordenar o Gabinete de Apoio ao Investidor da Região de Turismo do Verde Minho.

17 de Outubro de 2007. — O Presidente, *Henrique Manuel Moura*.
2611063038

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Despacho (extracto) n.º 26 197/2007

Por despacho de 10 de Julho de 2007 do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, foi autorizado o regresso da licença sem vencimento de longa duração em que se encontra de Carlos Miguel Sotto Mayor Andrade Santos, técnico superior principal, da carreira de engenheiro, do quadro de pessoal do ex-IEADR, por força do despacho do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural de 28 de Junho de 1999, ao abrigo do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, ficando afecto à Secretaria do MADRP, na situação de mobilidade especial. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Setembro de 2007. — O Director de Serviços, *Luís Duarte*.

Despacho (extracto) n.º 26 198/2007

Por despacho de 23 de Fevereiro de 2007 do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, foi concedida licença sem vencimento de longa duração a Rosa Branca do Canto Dias Duarte Ferreira Bertrand, técnica de informática do grau I, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural, ao abrigo do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, com início em 3 de Janeiro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Outubro de 2007. — O Director de Serviços, *Luís Duarte*.

Despacho (extracto) n.º 26 199/2007

Por despacho de 23 de Março de 2007 do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, foi concedida licença sem vencimento de longa duração a Francisca da Conceição Caeiro Almeida, técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral de Protecção das Culturas, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com início em 1 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Outubro de 2007. — O Director de Serviços, *Luís Duarte*.

Despacho (extracto) n.º 26 200/2007

Por despacho de 4 de Abril de 2007 do director-geral do Desenvolvimento Rural, foi a Odília Rodrigues Teixeira, técnica profissional principal, da carreira de técnico profissional, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral de Protecção das Culturas, concedida licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo do disposto no artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com início em 16 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Outubro de 2007. — O Director de Serviços, *Luís Duarte*.

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

Despacho n.º 26 201/2007

Em conformidade com o disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, republicada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, o conselho directivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP), na sua reunião de 5 de Julho de 2007, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 87/2007, de 29 de Março, bem como daquelas que lhe são atribuídas nos termos do artigo 17.º do mesmo diploma e que anteriormente estavam atribuídas, noutros actos legislativos, ao IFADAP e ao INGA ou aos respectivos órgãos de administração, deliberou delegar no seu presidente, licenciado Joaquim Cavaqueiro Mestre, com a faculdade de subdelegação, os poderes necessários e bastantes para a prática dos actos de gestão que determinem:

1 — No âmbito de realização de despesas com aquisição de bens e serviços:

1.1 — Autorização para despesas correntes e de funcionamento, até ao montante de € 20 000;

1.2 — Autorização de despesas que resultem de contratos previamente aprovados pela entidade competente, até ao montante de € 200 000.

2 — No âmbito da gestão das medidas:

2.1 — Autorização para o pagamento de ajudas, prémios, indemnizações e subsídios, bem como a aplicação de penalizações nos termos legais e regulamentares, até ao montante de € 5 000 000 por beneficiário;

2.2 — Autorização para a liberação de garantias, de cauções, de livranças e de fianças constituídas no âmbito dos respectivos processos;

2.3 — A recuperação de verbas indevidamente atribuídas e a cobrança de outras verbas devidas ao IFAP, até ao montante de € 500 000;

2.4 — O reconhecimento da incobrável de créditos até ao montante de € 200 000;

2.5 — A aplicação de coimas, admoestações, bem como a aplicação de sanções acessórias ou arquivamentos dos processos de contra-ordenação, nos termos do respectivo regime geral e da alínea *h*) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 87/2007.

3 — O conselho directivo ratifica todos os actos praticados pelo seu presidente desde o dia 1 de Abril de 2007, no âmbito desta delegação, até à publicação do presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos desde a data da respectiva assinatura.

5 de Julho de 2007. — Pelo Conselho Directivo: *Francisco Brito Onofre* — *José Egídio Barbeito*.

Despacho n.º 26 202/2007

Em conformidade com o previsto nos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, o conselho directivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP), na sua reunião de 30 de Agosto de 2007, deliberou:

1 — Delegar nos dirigentes do IFAP a seguir discriminados:

Licenciado Carlos Manuel Sousa Martins, director do Gabinete de Auditoria;

Licenciada Maria Ramona Santos C. Rodrigues, directora do Gabinete de Planeamento e Relações Comunitárias;

Licenciado João Luís Gomes Durão, director do Gabinete de Gestão do Fundo Florestal Permanente;

Licenciado José da Fonseca Esteves, director do Departamento de Ajudas directas;

Licenciado Álvaro Manuel Ferraz Festas, director do Departamento de Apoios ao Investimento;

Licenciado Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho, director do Departamento de Controlo;

Licenciada Anabela Branco Luciano, directora do Departamento Financeiro;

Mestre Damasceno Dias, director do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos;

Licenciado Abel Costa Bravo, director do Departamento Jurídico e Devedores;

Licenciada Maria de Lurdes Gaspar R. Santos, directora do Departamento de Sistemas de Informação;

Licenciado João Avelino Gonçalves Baptista, delegado da Delegação Regional da Madeira;